

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31/12/2020



Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE _____	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO _____	6
BALANÇO PATRIMONIAL _____	11
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO _____	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO _____	13
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	14
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	16
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO _____	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL _____	42



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS – PRODEMGE**

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **PRODEMGE** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Russell Bedford

taking you further

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser



decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Russell Bedford

taking you further

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-O "T" SP

ROGER MACIEL

DE

OLIVEIRA:902384

35091

Assinado de forma digital

por ROGER MACIEL DE

OLIVEIRA:90238435091

Dados: 2021.02.15

08:07:20 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2020.

1. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge é uma sociedade por ações de economia mista, organizada pelo Estado de Minas Gerais.

Ao completar em 2020 cinquenta e três anos de história, atendendo o interesse público, a Prodemge mantém o compromisso de promover a modernização do Estado visando o benefício do cidadão mineiro.

A Prodemge garante a presença governamental em toda a vasta extensão do estado de Minas Gerais, facilitando a relação do Governo com o cidadão, desenvolvendo soluções tecnológicas que agilizam a prestação de serviços públicos e a realização de atividades de tecnologia da informação para órgãos da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais.

Os propósitos da Prodemge estão explícitos em sua Missão, Visão e Valores, que ressaltam o caráter da Companhia como protagonista na transformação digital do Estado:

- Missão: Prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.
- Visão: Ser protagonista do processo de transformação digital do estado de Minas Gerais, consolidando-se como inteligência de TI na gestão pública até 2022.
- Valores: Comprometimento, Integridade, Qualidade, Foco no Resultado, Inovação e Meritocracia.

Os órgãos estatutários e suas competências estão especificados no Estatuto Social. A administração da Prodemge é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento à Assembleia Geral de Acionistas, e possui caráter consultivo e fiscalizatório.

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração, no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

A Companhia conta também com a Auditoria Interna que atua na avaliação da conformidade dos agentes de governança às normas aplicáveis e na recomendação do aperfeiçoamento de controles, regras e procedimentos. A Prodemge contrata, mediante licitação, empresa de auditoria independente para avaliar suas demonstrações contábeis.

Em linha com as boas práticas de governança e atendendo às previsões legais, a Prodemge promoveu no ano de 2020 treinamentos relativos ao Código de Ética, Conduta e Integridade e à Política de Gestão de Riscos e Metodologia de Gerenciamento de Riscos aos administradores. Além dos administradores, foram treinados também os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário em legislação societária e de mercado de capitais, licitações e contratos, divulgação de informações e Lei Federal 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2020 a Prodemge marcou sua presença no processo de transformação digital do estado, fornecendo assistência em infraestrutura, soluções tecnológicas e pessoal qualificado aos órgãos estaduais, garantindo a continuidade da prestação de serviços públicos também no período de pandemia do Covid-19, desenvolvendo soluções inovadoras para auxiliar os órgãos e entidades da gestão pública estadual com foco no cidadão.

Ações e projetos relevantes:

Impressão doméstica do CRLV

A partir de 2020 a emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) passou a ser feita pelo proprietário do veículo. A funcionalidade desenvolvida pela Prodemge permite a emissão do CRLV-e incluindo a possibilidade de sua impressão.

Aplicativo MGapp

Desenvolvido pela Progemge, o Mgapp é um aplicativo que oferece ao cidadão mineiro acesso fácil e rápido a mais de setenta serviços digitais do Estado, simplificando a solução de problemas e a busca por informações. Entre as novidades do Mgapp em 2020, destacam-se o registro de boletim de furto, a consulta ao Programa Bolsa Merenda, mapas de situação de doenças – dengue, Zika, Chikungunya, Boletim Epidemiológico SES, menu Ouvidoria.

Esse ano, o MGapp ultrapassou a marca de 1,4 milhão de downloads, com quase 400 mil usuários ativos, obtendo a melhor avaliação na Play Store entre os aplicativos de governos estaduais que agregam serviços públicos – segundo levantamento do Grupo de Transformação Digital dos Governos Estaduais e Distrital.

A versão do Mgapp para empresas disponibiliza serviços da Jucemg e BDMG para micro e pequenos empreendedores para fomentar a economia no Estado.

Ouvidoria do Estado – MG-OUV

O Sistema eletrônico MG-OUV desenvolvido pela Prodemge, realiza a gestão de todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria. O Sistema está implantado na Ouvidoria-Geral do Estado e na Arsae, agência que regulamenta e fiscaliza a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto em Minas Gerais.

Com o MG-OUV, a ouvidoria consegue realizar uma análise melhor das informações, além de auxiliar na transparência e controle dos processos internos e externos dos órgãos, proporcionando melhorias no atendimento do serviço público.

Plantão Digital PCMG

A infraestrutura fornecida pela Prodemge viabilizou a execução do projeto Plantão Digital da Polícia Civil de Minas Gerais, a partir do qual duas unidades podem fazer a elaboração de procedimentos policiais por meio de acesso remoto e evitar o deslocamento físico de pessoas entre as delegacias.

Novo modelo de placas veiculares

Com o apoio fundamental da Prodemge na adequação dos sistemas do Detran-MG, Minas implantou com sucesso o novo modelo de placas dos veículos automotores que circulam pelo estado. Além de nova combinação de letras e números, o novo modelo apresenta várias inovações tecnológicas, como o QR Code, que passa a ser estampado na placa com informações sobre o fabricante, a data de fabricação e o número da série.

Sistema de renovação de matrícula

Ação relevante da Prodemge na área educacional foi o desenvolvimento dos sistemas utilizados pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) para a renovação de matrículas dos alunos das escolas estaduais e para a matrícula de crianças e adolescentes que entraram no sistema estadual de educação em 2020.

O sistema propicia o encaminhamento dos alunos matriculados para a escola estadual ou municipal mais próxima de sua residência.

Blockchain

Desde setembro de 2020 a Prodemge integra uma iniciativa pioneira no estado para controlar a cadeia do carvão vegetal por meio do blockchain. Esta tecnologia que irá fortalecer o combate inteligente ao crime ambiental e resguardar a cadeia econômica legal do carvão vegetal. O projeto, financiado pelo BNDES, conta ainda com a participação das secretarias de Planejamento e Gestão (Seplag) e Meio Ambiente (Semad) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Projeto Nuvem Governamental

A partir deste ano, está em andamento o projeto de uma nuvem governamental que permitirá o avanço tecnológico do Estado e a utilização de tecnologias inovadoras nas soluções ofertadas aos clientes, tais como inteligência artificial, computação cognitiva, internet das coisas e big data.

Apoio no combate ao COVID-19

Assegurando a continuidade das atividades dos servidores públicos estaduais, a Prodemge forneceu a infraestrutura de rede privada virtual (VPN), garantindo a segurança das informações trafegadas pela internet. Outro destaque foi a disponibilização de solução de armazenamento de arquivos em nuvem, o Expresso Drive.

Além da oferta de produtos e serviços específicos para apoio no combate ao COVID-19, a Prodemge trabalhou em conjunto com o Governo do Estado auxiliando na escolha de ferramentas para atendimento às necessidades dos cidadãos, participando das negociações para parcerias do Estado com fornecedores e oferecendo produtos e serviços para auxiliar a sociedade ao longo desse período de excepcionalidade no combate à pandemia:

- Hospital de Campanha: fornecimento de infraestrutura para wi-fi, telefonia e Internet.
- Geolocalização: painéis de controle que possibilitam o acompanhamento da permanência de pessoas em suas residências, monitorando o índice de isolamento social.
- Painel Covid-19: apresenta dados consolidados das compras do Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia Internacional Ocasionada pelo Coronavírus. Com a utilização desse painel, Minas Gerais foi classificado entre os cinco melhores estados do ranking da Transparência Internacional no Combate à Covid-19.

3. ESTRATÉGIA CORPORATIVA

O planejamento estratégico da Companhia, elaborado com a participação ativa de seus administradores e gestores, provocou a revisão de sua Missão, Visão e Valores e consolidou o Mapa Estratégico para o período de 2020-2024.

O Mapa Estratégico da Prodemge foi idealizado de forma a representar visualmente a estratégia definida. Assim, ele é um mapa circular, evidenciando a conexão entre as cinco perspectivas, seus temas e objetivos.

As cinco perspectivas - Pessoas e recursos tecnológicos, Governança e processos internos, Cliente e mercado, Resultado financeiro e Inovação para a sociedade – direcionam os esforços de todos na Companhia para garantir a efetividade do negócio e a superação dos desafios apresentados pelo mercado.

Fiel à sua Missão de prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão, o mapa apresenta a inovação para a sociedade como perspectiva central da estratégia.

Em 2020 foi instituído o Escritório de Gestão da Estratégia que tem por objetivo realizar o acompanhamento sistemático dos projetos e a efetividade da estratégia, promovendo ciclos de reuniões periódicas com os gestores, a diretoria executiva e o conselho de administração.

No plano de metas foram estabelecidos quatro desafios globais a serem alcançados em 2020. Para cada desafio, foram estabelecidos cinco cenários conforme demonstrado a seguir:

Descrição Meta	Cenário 1		Cenário 2		Cenário 3		Cenário 4		Cenário 5	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1. Receita Bruta	93,0%	R\$ 266,4 milhões	98,0%	R\$ 280,7 milhões	102,0%	R\$ 292,2 milhões	110,0%	R\$ 315,1 milhões	120,0%	R\$ 343,7 milhões
2. Receita Bruta extra Poder Executivo MG	8,0%	R\$ 21,3 milhões	8,3%	R\$ 23,3 milhões	8,5%	R\$ 24,8 milhões	12,0%	R\$ 37,8 milhões	15,0%	R\$ 51,6 milhões
3. EBITDA	10,0%	R\$ 22,6 milhões	14,5%	R\$ 34,6 milhões	18,0%	R\$ 44,7 milhões	22,0%	R\$ 58,9 milhões	28,0%	R\$ 81,8 milhões
4. Produtividade mínima por empregado		R\$ 280 mil		R\$ 300 mil		R\$ 310 mil		R\$ 350 mil		R\$ 400 mil

Essas metas referem-se a perspectiva financeira e permitem o pagamento de bonificação aos empregados ao final de sua apuração. O Cenário 3 foi considerado como centro da meta, podendo a bonificação ser paga ao empregado de forma proporcional a partir de uma receita bruta estimada variando entre R\$ 266,4 milhões (piso) e R\$343,7 milhões (teto).

As metas globais estabelecidas para 2020 foram fortemente impactadas em decorrência da pandemia do Covid-19, demonstrando resultado aquém do esperado. Entretanto, os resultados podem ser considerados satisfatórios, tendo a Companhia obtido no exercício uma receita bruta de R\$ 262,3 milhões, ficando a produtividade por empregado pouco abaixo do esperado. O resultado alcançado do Ebtida de 14,5%, atingindo o projetado no Cenário 2, só foi possível devido à forte ação de racionalização dos gastos na Companhia em 2020, reafirmando seu compromisso em ser competitiva e eficiente. Dessa forma, foram atingidos os seguintes resultados:

Descrição	Realizado
Receita Bruta	91,5%
Margem EBITDA	14,5%
Receita Bruta extra Poder Executivo do Estado MG	6,8%
Produtividade mínima por empregado	R\$ 277 mil

4. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Durante o exercício de 2020, a Prodemge prosseguiu nas ações em busca de seu equilíbrio financeiro. As demonstrações financeiras de 2020 demonstram o esforço da Companhia na obtenção de resultados positivos, mesmo dentro do contexto de dificuldades financeiras vivida pelo Estado, situação agravada pela Pandemia da COVID-19.

Em alinhamento às medidas de redução de gastos do governo do estado, especificamente durante o período de combate à pandemia da Covid-19, a Prodemge optou por conceder desconto de 10% sobre o valor dos serviços prestados aos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e aos poderes Legislativos e Judiciário, totalizando o montante de R\$14.220.756

Embora tenha ocorrido uma redução de 16,9% na receita líquida e 28,5% no lucro bruto em comparação ao ano de 2019, a Companhia finalizou o exercício de 2020 com lucro líquido de R\$723.093.

Para conseguir este resultado positivo, a Companhia manteve o esforço nas medidas de redução de custos e despesas operacionais, registrando uma redução de 11,3% nos custos e de 12,6% nas despesas administrativas e gerais.

A Companhia registrou, em 2020, um Ebitda ajustado (conforme Instrução CVM 527/12 – art. 4º), no valor de R\$30.785.509, índice 14,51%.

Registra-se ainda em 2020 a retomada dos investimentos no seu parque tecnológico, com destaque para aquisição do novo mainframe, que dispõe de mais tecnologia, desempenho, segurança e representa uma importante evolução em termos de infraestrutura e garantia de continuidade da prestação dos serviços.

5. AGRADECIMENTOS

A Administração da Prodemge agradece aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, ao acionista majoritário representado pela Advocacia-Geral do Estado, aos demais acionistas, a confiança e apoio indispensáveis para o desenvolvimento contínuo alcançado pela Prodemge.

Aos clientes e fornecedores, o agradecimento pela confiança e fidelidade, destacando seu propósito de retribuir com serviços e atendimento diferenciados.

Ao corpo funcional, a Companhia expressa seu agradecimento e reconhecimento pelo empenho e dedicação.

6. ASSINATURAS

Geraldo Gilson Maciel Ribeiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Ladimir Lourenço dos Santos Freitas
Diretor Técnico

Roberto Tostes Reis
Diretor-presidente
Presidência

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em milhares de reais)

ATIVO	N/E	2020	2019
CIRCULANTE		121.336	166.103
Caixa e equivalente de caixa	4	59.425	41.997
Contas a receber de clientes	5	38.478	68.892
Serviços a faturar	6	20.656	50.471
Estoques	8	473	732
Impostos a recuperar	9	156	33
Créditos Pis/Cofins	10	347	802
Despesas a Apropriar		522	336
Ativos de Contratos	12	449	2.286
Devedores diversos	11	831	555
NÃO CIRCULANTE		63.129	41.616
Realizável a Longo Prazo		27.793	6.741
Depósitos judiciais	13	7.117	6.741
Faturamento pendente	13	20.676	-
Investimentos	14	313	313
Imobilizado	15	32.094	30.217
Intangível	16	2.929	4.345
TOTAL DO ATIVO		184.466	207.719
PASSIVO	N/E	2020	2019
CIRCULANTE		53.583	77.312
Fornecedores	17	10.441	11.895
Obrigações sociais e trabalhistas	18	19.269	23.386
Obrigações fiscais	19	3.931	23.062
Provisão de Férias e 13º Sal		13.438	12.892
Passivo Atuarial Libertas	20	5.351	5.087
Obrigações Diversas	21	1.423	990
NÃO CIRCULANTE		57.846	52.917
Passivo Atuarial Libertas	20	15.191	18.288
IRPJ/CSLL diferidos	23	11.235	9.853
Obrigações diversas		425	-
Benefício pós emprego	24	20.424	16.349
Provisão p/ processos judiciais	25	7.098	8.427
Parcelamentos tributários	19	3.472	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.767	77.491
Capital social	26.a	97.540	97.540
Ajuste de avaliação patrimonial	26.b	(19.144)	(13.683)
Reserva de reavaliação	26.c	10.269	10.295
Prejuízos Acumulados	26.d	(15.899)	(16.662)
TOTAL DO PASSIVO		184.466	207.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	N/E	2020	2019
Receita operacional líquida	27	212.135	255.280
(-) Custo dos serviços prestados	28	(152.965)	(172.473)
(=) Lucro bruto		59.170	82.807
Despesas administrativas e gerais	29	(35.721)	(40.895)
Provisão para processos judiciais	25	1.329	1.473
Despesas tributárias		(153)	(446)
PECLD	31	(13.390)	(33.415)
Perda sobre faturas	32	(530)	(47)
Outras receitas/despesas operacionais	33	70	16.648
(=) Lucro antes do resultado financeiro		10.775	26.126
Receitas financeiras	30	1.323	1.657
Despesas financeiras	30	(2.819)	(4.836)
(=) Lucro antes dos impostos		9.278	22.947
IRPJ diferido		(7)	(570)
CSLL diferida		(2)	(205)
IRPJ	34	(6.169)	(10.410)
CSLL	34	(2.377)	(4.086)
(=) Resultado do Exercício		723	7.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente	2020	2019
Lucro líquido do exercício	723	7.677
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação atuarial	(5.461)	(14.875)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	(4.738)	(7.199)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em milhares de reais)

	2020	2019
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Resultado Líquido antes do IRPJ/CSLL	9.278	22.947
Depreciação/amortização	7.758	9.742
Depreciação reavaliação	40	40
Baixa não monetária – imobilizado/almoxarifado	73	195
Provisões do exercício	12.061	31.842
Provisão IRPJ/CSLL diferidos	9	775
Ativo de contrato	1.837	(1.130)
Ganho com prescrição		(119)
Serviços realizados a faturar	(126)	(9.807)
Ganho com bens em substituição		(26)
Ajuste de exercícios anteriores		(14.559)
Resultado Ajustado	30.931	39.900
Varição das contas de Ativo		
Contas a receber de clientes	26.289	50.645
Estoques	186	661
Impostos a recuperar	(123)	1.990
Créditos Pis/Cofins	455	641
Depósitos judiciais	(413)	(573)
Demais contas a receber	(425)	248
Varição das contas de Passivo		
Fornecedores	(1.365)	(26.036)
Impostos a recolher	(20.147)	20.011
Salários e encargos sociais	(3.571)	(1.695)
Parcelamento de débitos – Libertas	(2.833)	(4.466)
Parcelamento de débitos - Refis		(17.896)
Parcelamento Tributário	4.489	
Pasep a recolher		(4.914)
Outras Contas a pagar	860	(60)
IRPJ e CSLL do Exercício	(8.546)	(14.496)
IRPJ e CSLL do Diferidos	(9)	(775)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL	25.777	43.182
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aumento/Compra do ativo Imobilizado	(8.332)	(2.864)
Aumento/Compra do Ativo Intangível	(17)	(2.969)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(8.349)	(5.833)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.428	37.439
Demonstração da variação líquida de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	41.997	4.548
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	59.425	41.997
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.428	37.449

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	97.540	10.322		1.192	(24.378)	84.676
Realização da Reserva de Reavaliação		(26)			40	14
Ágio na emissão de ações			()			
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial				(14.875)		(14.875)
Lucro Líquido do Exercício					7.677	7.677
Saldo em 31/12/2019	97.540	10.295		(13.683)	(16.662)	77.491
Realização da Reserva de Reavaliação		(27)			40	13
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial				(5.461)		(5.461)
Lucro Líquido do Exercício					723	723
Saldo em 31/12/2020	97.540	10.268		(19.144)	(15.899)	72.766

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Dentre os segmentos de atuação da Companhia destacam-se os serviços de data center, sistemas de informação, rede, business intelligence, infraestrutura e certificação digital.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 20 de janeiro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 05 e 06 – Contas a receber e serviços a faturar
- Nota 23 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 24 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
 - Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
 - Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos

e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.

- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.
- j) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	277.160	398
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	59.046.010	32.844.577
. Fundos de Investimentos	-	9.052.099
. Conta Poupança - Convênio	101.754	100.000
Total	59.424.924	41.997.074

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's são referentes ao CDB Flex Empresarial da Caixa Econômica Federal e BB CDB DI do Banco do Brasil e são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato.

A Conta Poupança – Convênio, refere-se a um Convênio (CV-138/00) firmado entre a Prodemge e a Advocacia Geral do Estado - AGE no exercício de 2019, onde se estabeleceu parceria para o desenvolvimento de um projeto com atividades relativas ao “Monitoramento e recuperação inteligente da dívida ativa”. Este projeto foi selecionado pela chamada Fapemig nº 10/2017, e tem por objetivo apoiar técnica e financeiramente projetos de inovação e pesquisa científica e tecnológica, mediante aporte de recursos financeiros por parte da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMIG. O Convênio foi feito com contrapartidas financeiras (para a mão de obra de desenvolvimento com o aporte da Fapemig) e contrapartidas econômicas (recursos tecnológicos). A Companhia participa do projeto com a contraprestação econômica, além de desenvolver o sistema enquanto a AGE participa com a contrapartida financeira através do recurso da Fapemig. Este recurso é repassado para a Prodemge, visto que a Companhia está executando o desenvolvimento do sistema. Parte do valor da contraprestação financeira já foi repassada à Companhia através da conta poupança, que atualizada soma o montante de R\$101.754.

5. CONTAS A RECEBER

	2020		2019	
	Saldo contábil	Vencidos há mais de 04 anos (PECLD)	Valor Líquido	Valor Líquido
Estado de Minas Gerais:				
Administração Direta	70.405.557	(35.174.010)	35.231.547	63.939.120
Administração Indireta	1.533.729	(7.247)	1.526.482	3.615.409
Outros	365.057	-	365.057	32.393
Total Estado	72.304.343	(35.181.257)	37.123.086	67.586.922
Extra Estado				
Prefeituras	1.472.475	(192.110)	1.280.365	1.179.468
Iniciativa Privada	74.878	-	74.878	125.598
Total Extra Estado	1.547.353	(192.110)	1.355.243	1.305.066
Total	73.851.696	(35.373.367)	38.478.328	68.891.988

Em 31 de dezembro de 2020, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$38.478.328, sendo que para o ano de 2019 o montante era de R\$68.891.988. A redução dos valores a receber foi ocasionada por ações dos administradores da Companhia junto ao Estado, no sentido de regularização de débitos antigos, além do registro da PECLD.

As provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Foi feita a provisão dos créditos vencidos há mais de 04 anos. O montante registrado em 2019 foi de R\$31.237.461, ano de início da sua constituição. Para o ano de 2020 este saldo foi acrescido em R\$4.135.906, perfazendo um saldo total de R\$35.373.367. Ocorreu também o registro de R\$519.093, referente a faturas emitidas há mais de 10 anos.

A segregação da composição do Contas a Receber em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

	2020
Recebimentos a identificar	(851.172)
A vencer	1.859.520
Até 30 dias:	6.172.632
De 31 até 60 dias:	1.899.629
De 61 até 90 dias:	734.858
De 91 até 120 dias:	143.319
Acima de 120 dias:	63.892.909
PECLD	(35.373.367)
Total	38.478.328

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar.

Até 31 de dezembro de 2019, estavam classificados neste grupo de contas valores referentes à prestação de serviços realizada sem cobertura contratual, ou que excede o saldo contratual, ou contrato vencido ou sem ateste. Para essa prestação de serviço, a emissão do documento fiscal só ocorrerá quando houver a regularização da cobertura contratual. No exercício de 2020, ocorreu a reclassificação desses valores para o Ativo Não Circulante (vide NE13).

	2020	2019
Prestação de serviço sem cobertura contratual	-	30.473.039
Prestação de serviço mês dez/20 faturado em jan/21	20.665.841	19.997.849
Total	20.665.841	50.470.888

7. PARTES RELACIONADAS

7.1) Ativo, Passivo e Resultado

Natureza das operações com partes relacionadas:

. Estado de Minas Gerais

- a) Prestação de serviço de tecnologia da informação (nota explicativa 05 e 06)
- b) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG
Segundo a Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.
- c) Contratação de serviço terceirizado com a Minas Gerais Participações SA - MGS
A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

. Fundação Libertas: Previdência complementar para os empregados e diretores da Companhia

. IEPHA: aluguel de imóvel, conforme NE 21

Abaixo, segue posição em 31/12/2020 e 31/12/2019, nos grupos de Ativo e Passivo:

	2020	2019
Ativo - Contas a Receber		
. Administração Direta (Cliente)	70.405.557	95.081.362
. PECLD (Ad.Direta)	(35.174.010)	(31.142.242)
	35.231.547	63.939.120
. Administração Indireta (Cliente)	1.533.729	3.219.944
. PECLD (Ad.Indireta)	(7.247)	(9.652)
	1.526.482	3.210.292
Ativo - Serviços a Faturar		
. Administração Direta (Cliente)	46.902.500	47.409.425
. PECLD (Ad.Direta)	(11.166.247)	(1.663.120)
	35.736.254	45.746.305
. Administração Indireta (Cliente)	3.991.105	3.219.944
. PECLD (Ad.Indireta)	(177.765)	(477.319)
	3.813.340	2.742.625
Passivo		
. SEPLAG - Fornecedor	2.394.355	-
. MGS - Fornecedor	241.179	301.744
. Fundação Libertas	23.425.125	25.528.974
. IEPHA	359.500	-

As transações com as Partes Relacionadas referentes à prestação de serviços registraram os montantes abaixo para os exercícios de 2020 e 2019:

	2020	2019
Receita		
. Administração Direta e Indireta	245.812.654	290.035.995

7.2) Operações com Administradores

Os administradores são compostos pelos membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração da Diretoria Executiva da Companhia compreende honorários e benefícios (plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida), e o Conselho de Administração é remunerado com honorários. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Diretoria Executiva	969.603	1.111.261
Conselho de Administração	355.150	244.500

8. ESTOQUE

O saldo demonstrado no grupo de estoques compreende o somatório dos materiais adquiridos com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas. Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão representados por Provisão de Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

10. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza, na apuração do PIS e COFINS não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. As apurações dessas contribuições acontecem à medida em que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem os créditos são utilizados. Com isso, mantém registrados os créditos ainda não utilizados em seu ativo, aguardando o recebimento das faturas dos órgãos públicos.

11. DEVEDORES DIVERSOS

	2020	2019
Adiantamentos férias	680.478	493.964
Outros adiantamentos a empregados	10.550	61.051
Créditos a receber - Folha de Pagamento	139.587	-
Total	830.615	555.015

A Companhia mantém registrado como Devedores Diversos adiantamentos a empregados, conforme detalhado acima, bem como crédito a receber oriundo de ressarcimento de remuneração paga a maior a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019, no montante de R\$139.587. Segue abaixo detalhamento do fato:

A gestão atual da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE que efetuasse uma auditoria nos aumentos recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando as normas legais e regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da PRODEMGE, sem autorização formal;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, sem aprovação pela assembleia geral a partir de setembro de 2018.

Diante do exposto, as irregularidades foram constatadas, a CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos Diretores e Conselheiros antigos à Companhia e foi feita a cobrança administrativa aos devedores. O montante pago indevidamente foi de R\$233.625, sendo que a Companhia já recebeu o valor de R\$94.038 e aguarda pelo restante do ressarcimento (R\$139.587).

12. ATIVOS DE CONTRATOS

Atendendo ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$448.525 referente aos custos com o serviço de desenvolvimento de software, onde o faturamento ocorre apenas no momento em que há transferência de serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os ativos de contrato reconhecidos, basicamente são constituídos pelo custo necessário para execução de um contrato, relativo à parcela que ainda não tenha sido faturada.

	2020	2019
Custo 2018	24.617	562.567
Custo 2019	348.140	1.723.040
Custo 2020	75.768	-
Total	448.525	562.567

13. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo estão detalhados a seguir:

	2020	2019
Depósito e Bloqueio Judicial Trabalhista	6.754.546	6.704.475
Depósito Judicial PIS/COFINS	362.837	-
Projeto Imóvel IEPHA	-	36.500
Serviços a faturar	20.675.720	
Total	27.793.103	6.740.975

A Companhia possui depósitos recursais decorrente de processos judiciais, no montante de R\$6.754.546, sendo que o depósito mais relevante, no valor de R\$4.748.409, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

Em 2020, a Companhia ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes aos impostos discutidos vêm sendo depositados judicialmente.

Na conta Serviços a Faturar estão representados os valores decorrentes da prestação de serviços realizados sem cobertura contratual, ou que excedem o saldo contratual, ou que estão com contrato vencido ou sem ateste, cuja emissão do documento fiscal ocorre apenas quando há regularização contratual. Até 31 de dezembro de 2019 os valores estavam registrados no Ativo Circulante, conforme demonstrado na Nota explicativa 6.

Em 31 de dezembro de 2020 a conta está composta da seguinte forma:

	2020		
	Saldo Contábil	PECLD	Valor Líquido
Prestação de serviço sem cobertura contratual	32.107.562	(11.431.842)	20.675.720
Total	32.107.562	(11.431.842)	20.675.720

Para os Serviços a Faturar, as provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise das regularizações contratuais com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Neste exercício, a Política para Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa foi aperfeiçoada, tendo sido alterados os critérios estabelecidos para a constituição da PECLD relativos aos Serviços Prestados, demonstrando os seus créditos com saldos ajustados aos valores prováveis de sua realização, refletindo as perdas que são esperadas, conforme estabelecido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-48 (Instrumentos Financeiros). O critério para definição da provisão segue abaixo:

Ano Base	Critério
Acima de 4 anos	Provisiona 100%
2017	Provisiona 65%
2018	Provisiona 35%
2019	Não provisiona
2020	Não provisiona

14. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária na empresa Minas Gerais Participações S.A, que também é parte relacionada da Companhia, que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

	2020	2019
Participação societária	312.410	312.410
Obra de arte	900	900
Total	313.310	313.310

15. IMOBILIZADO

	2020		2019		
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.532.343	(17.523.210)	2.009.133	2.571.914	4%
Equipamentos Processamento de Dados	88.137.734	(70.330.469)	17.807.265	15.183.090	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.648.360	(1.135.331)	513.029	599.655	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	2.347.299	(1.014.927)	1.332.373	1.415.983	7%
Veículos	107.798	(75.459)	32.339	45.948	20%
Total	122.173.533	(90.079.395)	32.094.138	30.216.589	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

A movimentação do ativo imobilizado em 2020 pode ser assim demonstrada:

2019	Aquisições	Depreciação/Baixa	2020
30.216.589	8.242.376	(6.364.827)	32.094.138

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.269.048, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações. (Vide NE 27.c). A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

16. INTANGÍVEL

			2020	2019
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	56.755.003	(53.826.376)	2.928.627	4.344.741

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis ao prazo de 05 anos.

A movimentação do ativo intangível em 2020 pode ser assim demonstrada:

2019	Aquisições	Amortização/Baixa	2020
4.344.741	17.000	(1.433.113)	2.928.627

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não ocorreu a necessidade de ajustes em atendimento e observação das normas citadas.

17. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas com bens ou serviços adquiridos para a execução das atividades normais da Companhia, sendo integralmente registrados no Passivo Circulante.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2020	2019
PIS	1.445.747	2.185.966
INSS	2.063.263	2.157.104
COFINS	6.662.170	10.073.314
Salários e Honorários a pagar	6.000.295	4.476.683
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	1.255.185
FGTS	849.454	898.428
Plano Previdencial Libertas	2.084.265	2.130.643
Contribuições retidas na fonte	156.354	185.364
Benefício Pós Emprego	7.606	23.649
Total	19.269.154	23.386.336

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do PIS e da COFINS. Os créditos de PIS/COFINS (vide nota explicativa 10) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas e Benefício pós Emprego referem-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais estão compostas conforme segue:

	2020	2019
IRRF	2.317.724	2.408.142
ISSQN - Próprio	26.457	35.147
ISSQN retido	52.786	63.903
IRPJ/CSLL estimativa dez/2020	504.045	4.882.989
IRPJ/CSLL diferidos s/ Res.Reavaliação	13.597	13.597
IRPJ/CSLL - 2017/2018	1.016.290	15.657.731
TOTAL	3.930.898	23.061.509

Em 2020, a conta IRPJ/CSLL estimativa sofreu considerável redução se comparado ao ano de 2019. Redução essa decorrente do resultado anual, uma vez que em 2020 houve uma queda no lucro do exercício em relação ao lucro de 2020.

A Companhia possuía uma dívida tributária perante a Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018 pendente de regularização. Dando prosseguimento às ações, iniciadas em 2019, de saneamento de pendências em suas contas, a Companhia optou pela regularização do débito. Para tanto, efetuou o pagamento do montante de R\$10.871.809 em maio de 2020, e para quitar o restante da dívida solicitou com um parcelamento no montante de R\$4.990.622, para pagamento em 60 meses junto à Receita Federal, com previsão de término em maio de 2025.

Em 31/12/2020, a dívida está registrada no Circulante pelo valor de R\$1.016.290 e no Não Circulante pelo valor de R\$3.472.325.

20. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

Até o ano de 2012, a Companhia oferecia o plano de benefício definido RP5 a seus empregados. Dos anos de 2012 a 2014, adotou uma estratégia previdencial, visto que o Plano Prodemge RP5 apresentava-se deficitário, que culminou com:

- 1) A criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012;
- 2) O fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, em dezembro de 2013;
- 3) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014;
- 4) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, na data efetiva da transação, ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

No exercício de 2018, devido à dificuldade financeira que a Companhia passou 03 (três) parcelas não foram quitadas no momento devido e novamente ocorreu a renegociação dos débitos do plano ProdemgePrev, onde esses débitos foram adicionados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor registrado é de R\$20.541.678, restando 52 parcelas a vencer para o contrato do Plano ProdemgePrev – CD.

	2020	2019
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	5.351.015	5.086.618
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	15.190.664	18.288.064
Total Circulante + Não Circulante	20.541.678	23.374.682

21. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Neste grupo há o registro de valores a pagar referente a débitos gerados pela folha de pagamento (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários) e a contrapartida do depósito bancário referente ao Convênio com a AGE (vide NE 4).

Além disso, decorrente de um Termo de cessão oneroso do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA há o registro de aluguel a pagar, no montante de R\$359.500. Conforme consta no Termo, o aluguel será abatido dos valores gastos com a realização de obras no local, com previsão de início em 2021.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	Vr. Segurado
Edifícios	2.571.913
Equipamentos Processamento de Dados	14.104.022
Móveis, Utensílios e Ferramentas	599.655
Estoque	731.643
Bens de Terceiros	16.623.167
Certificação Digital	1.000.000
Veículo	Vr. de mercado

A Companhia contratou serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, no limite máximo de garantia de R\$30.000.000 (trinta milhões de reais), visando garantir indenização para as referidas pessoas, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por seus atos de gestão, no exercício de suas funções.

23. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar (vide nota explicativa 06), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 15) e sobre o Passivo Líquido apurado na Avaliação Atuarial (nota explicativa 24).

	2020	2019
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	4.143.343	4.134.057
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Reserva de Reavaliação	147.210	160.807
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Avaliação Atuarial	6.944.310	5.558.490
Total	11.234.862	9.853.354

24. BENEFÍCIO POS EMPREGO

Em atendimento a deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$20.424.441 em 2020 e R\$16.348.501 referente a 2019, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos abaixo.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2020			2019		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	1	1	2	1	3	4
	Média Idades	44	60	52	43	56	50
Mantidos	Quantidade	3	7	10	3	6	9
	Média Idades	49	54	51	48	53	51
Aposentados	Quantidade	10	145	155	10	146	156
	Média Idades	67	68	68	68	68	68
	Suplementação Média	3.349,22	4.922,84	4.136,03	3.269,68	4.785,65	4.027,67
Pensionistas	Quantidade	5	18	23	4	16	20
	Média Idades	54	69	62	53	69	61
	Suplementação Média	1.919,40	2.223,59	2.071,50	1.873,31	2.217,26	2.045,29

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas estão em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Família Real	Família Real
Hipóteses Econômicas	Taxa Real de Juros	3,5657%	3,1277%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	3,35%	3,35%
	Fator Capacidade (Salários e Benefícios)	98,20%	98,20%

A taxa nominal de juros aplicada de 7,04% para o plano RP5II e de 6,58% para o plano Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 3,5657%, para o Plano RP5II e de 3,1277% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duration de 186 meses para o Plano RP5II e de 131 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31/12/2019 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 3,35%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 04 de dezembro de 2020.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2020	2019
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	146.233.261	117.599.145
2. Custo do serviço corrente	18.536	40.404
3. Custo dos juros	9.807.857	11.392.034
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(9.486.733)	(8.360.516)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.846.256)	23.783.091
c. Efeito da experiência do plano	3.423.513	1.779.103
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	145.150.178	146.233.261

O custo do serviço corrente em 31/12/2020 mostrou-se inferior ao registrado em 31/12/2019. Um forte influenciador deste custo é a queda no número de participantes no plano saldado.

A queda nas obrigações deve-se exclusivamente pelo aumento na taxa de desconto.

	2020	2019
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	129.289.561	111.949.432
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	8.674.383	10.836.531
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	1.454	13.802
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	1.458	10.790
c. Benefício pago pelo plano	(9.486.733)	(8.360.516)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(4.332.277)	14.839.521
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	124.147.846	129.289.561

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2020	2019
1. Obrigação de benefício definido	145.150.178	146.233.261
2. Valor justo do ativo do plano	(124.147.846)	(129.289.561)
3. Situação financeira do plano	21.002.332	16.943.700
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(577.891)	(595.199)
5. Passivo / (Ativo) líquido	20.424.441	16.348.501

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

25. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 39 processos classificados como prováveis e referem-se a processos trabalhistas.

Se comparado com o ano de 2019, houve redução das provisões a título de perda provável dos valores dos processos judiciais no montante de R\$1.328.824.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$7.097.946. Dentro deste montante, está incluído o depósito para garantia do juízo no valor de R\$4.748.409, referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 08 processos (21% do total dos processos de perdas prováveis), representando 3% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

Possui também, como Passivo Contingente o montante de R\$132.465 avaliados como perda possível pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados na Justiça do Trabalho e na Justiça Comum.

A classificação das provisões de processos pela assessoria jurídica está assim representada:

		2020	2019
Perda Provável	Justiça do Trabalho	7.097.946	8.126.770
	Justiça Comum	-	300.000
Total		7.097.946	8.426.770

		2020	2019
Perda Possível	Justiça do Trabalho	127.165	217.378
	Justiça Comum	5.300	269.150
Total		132.465	486.529

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) onde, para o exercício de 2020, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, conforme NE 24, ocorreu o reconhecimento de R\$5.460.641 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, levando o saldo apresentar-se negativo em R\$19.144.026 em 31 de dezembro de 2020.

Saldo 31/12/2019	(13.683.385)
Perda atuarial 2020	(4.075.940)
IRPJ/CSLL diferidos	(1.385.820)
Ajuste nas provisões expagamentos	1.120
Saldo em 31/12/2020	(19.144.026)

c) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide NE 15). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Reserva de Reavaliação de Terrenos	10.295.442
Reserva de Reavaliação de Edificações	
. Reserva de Reavaliação sobre Edificações	(39.992)
. IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	13.597
Saldo em 31/12/2020	10.269.048

Em 2020 foi realizado o valor de R\$39.992 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações e R\$13.597 ao IRPJ/CSLL diferidos.

d) Lucros/Prejuízos acumulados

Prejuízo Acumulado até 31/12/2019	(16.661.614)
Reversão da Reserva de Reavaliação	39.992
Lucro do exercício	723.093
Prejuízo Acumulado em 31/12/2020	(15.898.530)

27. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais.

27.a) DESCONTOS CONCEDIDOS

Para alavancar o recebimento de créditos, assim como ocorrido em 2019, a Companhia procedeu com a ação de oferecer desconto para clientes adimplentes com a Companhia.

Em alinhamento às medidas de redução de gastos do governo do estado, especificamente durante o período de combate à pandemia da Covid-19, a Prodemge optou por conceder desconto de 10% sobre o valor dos serviços prestados aos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e aos poderes Legislativos e Judiciário nos meses de junho a dezembro de 2020, totalizando o montante de R\$14.220.756.

O desconto foi concedido de forma incondicional, por órgão, nos três primeiros meses (junho, julho e agosto). Nos demais meses do ano (setembro, outubro, novembro e dezembro), para fazer jus ao desconto foi necessário que os valores equivalentes aos faturados nos três meses anteriores tenham sido pagos, mesmo que o pagamento seja feito utilizando quaisquer débitos anteriores. Tal medida foi adotada visando manter o equilíbrio de Caixa da Companhia.

27.b) IMPOSTOS INCIDENTES

A Companhia apresentou os seguintes impostos incidentes sobre a sua prestação de serviços:

	2020	2019
ISSQN (2,5%)	6.517.790	7.193.572
PIS (0,65% e 1,65%)	3.227.120	3.838.316
COFINS (3,0% e 7,6%)	14.869.361	17.676.759
INSS desoneração (4,5%)	11.155.726	13.381.685
Total	35.769.998	42.090.332

28. CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2020, a Companhia prosseguiu com as ações voltadas a uma gestão responsável e eficiente, iniciadas em 2019, que permitiu a redução de gastos na Companhia conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019	% Redução
Pessoal	109.006.609	112.394.220	-3,01%
Treinamento	12.708	22.860	-44,41%
Material	831.581	1.864.864	-55,41%
Manutenção Equipamentos	10.120.788	13.969.642	-27,55%
Manutenção Bens Instalações	19.960	89.384	-77,67%
Aluguel Equipamentos	1.110.847	853.344	30,18%
Serviços Terceiros	7.414.128	14.319.123	-48,22%
Licenciamento e Manutenção Software	14.134.739	16.115.193	-12,29%
Utilidades e Custos Gerais	3.344.982	3.930.596	-14,90%
Depreciação/Amortização	6.968.529	8.914.152	-21,83%
Total	152.964.871	172.473.379	-11,31%

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais também foi impactado pelas ações da Diretoria Executiva da Companhia, sofrendo reduções conforme composição abaixo:

	2020	2019	% Redução
Pessoal	26.875.274	28.218.812	-4,76%
Treinamento	37.249	15.525	139,93%
Material	35.792	80.737	-55,67%
Manutenção Equipamentos	42.337	42.914	-1,34%
Manutenção Bens/Instalação	108.004	141.737	-23,80%
Aluguel Equipamentos	20.169	38.030	-46,97%
Serviços de Terceiros	4.598.656	5.781.619	-20,46%
Licenciamento/Manutenção Software	36.428	2.181	1570,42%
Utilidades e Despesas Gerais	3.522.473	6.233.291	-43,49%
Depreciação/Amortização	369.598	340.281	8,62%
Encargos Tributários	74.761	-	-
Total	35.720.741	40.895.127	-12,65%

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
. Receitas Aplicação Financeira	1.064.604	295.811
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	102.009	982.232
. Variação Monetária Ativa	156.442	379.282
	1.323.055	1.657.325
Despesas Financeiras		
. Multas	65.235	1.129.782
. Correção Monetária	1.106.134	874.778
. Juros	1.647.916	2.829.469
. Descontos Concedidos	102	1.482
	2.819.387	4.835.511

31. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

Foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Serviços Realizados a Faturar, conforme notas explicativas 05 e 13, afetando o resultado do exercício de 2020 em R\$13.390.307.

32. PERDAS SOBRE FATURAS

Em 2020 ocorreram baixas de faturas emitidas do ano de 2010 no valor de R\$530.181, conforme determinado na Política de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

33. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Grupo de contas composto pelo montante do ressarcimento dos honorários dos diretores e conselheiros (vide NE11) no montante de R\$233.625, outras receitas (R\$.4.868 – boletos de certificação digital pagos em duplicidade onde a Companhia não conseguiu efetuar as devoluções), bem como prejuízo com venda e baixas de bens do estoque (R\$168.251).

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2020, com base no lucro real, os montantes de R\$6.169.203, de provisão para o imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de R\$2.376.786 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, totalizando R\$8.545.990.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes das adições/exclusões	9.269.083	22.172.275	6.892.297	18.086.583
Adições	53.583.658	41.987.860	56.037.336	45.996.660
Exclusões	(36.444.008)	(8.139.361)	(36.444.008)	(8.139.361)
Base de Cálculo	26.408.733	56.020.773	26.485.625	55.943.882
Comp.base de cálculo negativa/prejuízo fiscal	-	(10.624.196)	-	(12.345.823)
Incentivo PAT	-	-	(158.914)	(261.588)
Licença Maternidade	-	-	(269.289)	(203.867)
IRPJ/CSLL	2.376.786	4.085.692	6.169.203	10.410.059

35. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que a execução dos serviços da Prodemge está voltada para o benefício do interesse coletivo, onde desenvolve soluções tecnológicas que agilizam a prestação de serviços públicos e facilita a relação do Governo com o cidadão. Os dados operacionais e financeiros dessas atividades estão inseridos no Relatório da Administração.

36. EFEITO COVID-19 NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em função da pandemia mundial declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto da Covid-19, a Prodemge implantou uma série de ações e medidas que, alinhadas às diretrizes do Governo de Minas Gerais, buscaram manter a qualidade dos serviços prestados.

A situação de calamidade em saúde pública provocada pela Covid-19 afetou a arrecadação do estado de Minas Gerais, levando o Governo a impor regras de contingenciamento de gastos. Em 31 de março de 2020, foi assinado o decreto nº 47.904, que determinou a suspensão dos contratos de serviços considerados não essenciais para a execução mínima das políticas públicas e aqueles impossibilitados de paralização deveriam ser reduzidos em 25% do patamar de execução atual.

Procurando alternativas para evitar grande impacto em suas receitas, a Companhia buscou acordos de descontos junto aos clientes da Administração Direta e Indireta, autarquias e fundações da esfera estadual, no percentual de 10%, totalizando o montante de R\$14.220.756, conforme consta na nota explicativa 27(a).

Preparando-se para a eminente redução nas suas receitas e com um plano de ação para manter o caixa da Companhia, a Prodemge revisou seu orçamento de 2020, reduzindo também seus gastos com despesas e investimentos. O resultado deste esforço pode ser verificado através da redução de 11,3% nos custos e de 12,6% nas despesas administrativas e gerais.

Além disso, em obediência às recomendações de isolamento social, a Companhia adotou ações para evitar o contágio e a propagação do vírus como a adoção do regime de teletrabalho, suspensão dos atendimentos presenciais, cancelamento de viagens e diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns.

A Companhia se beneficiou ainda com a postergação do recolhimento do INSS, PIS e COFINS (Portarias 139, 150 e 245/2020) e FGTS (Medida Provisória 927/20).

Seguindo todas as premissas acima, que consistem em um plano robusto para manutenção do caixa e da liquidez corrente de 2,25, equivalente ao nível atual do fechamento de dezembro de 2020, a Companhia demonstra a sustentabilidade das ações propostas.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios, podendo adotar outras medidas conforme haja necessidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
Roberto Tostes Reis
Tadeu Barreto Guimarães
Conrado Lopes Vilaça de Abreu
Kassius Caxito de Vasconcelos
Alonso Fernandes Júnior
Guilherme Caldas Emrich
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente
Ladimir Lourenço dos Santos Freitas - Diretor
Geraldo Gilson Maciel Ribeiro - Diretor

CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias
Andrea Riechert Senko
Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte
Luis Carlos Jardim
Sandro Cesar Borges

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionara de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos senhores Conselheiros de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge,

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE é o órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

O CAE é integrado por três membros, eleitos em reuniões do Conselho de Administração da companhia.

Dentre as suas principais atribuições está a de monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Prodemge. Além disso, destacam-se as atividades de avaliação e monitoramento das exposições de risco da companhia; a área de auditoria interna; a supervisão das atividades dos auditores independentes, avaliando a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Prodemge. Cabem também ao CAE, a avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, nos casos em que a Prodemge for a patrocinadora. O CAE tem, ainda, a atribuição de opinar, de modo a auxiliar os acionistas, na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as respectivas eleições.

Os administradores da companhia são responsáveis pela elaboração e pela integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção e efetividade dos controles internos e pela conformidade das atividades da empresa às normas legais e regulamentos aplicáveis.

A auditoria interna tem a atribuição de aferir a adequação do controle interno, a efetividade e o gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A auditoria independente das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2020 ficou sob a responsabilidade da empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, que se encarregou, também, da revisão dos cálculos dos tributos incidentes sobre os resultados, além de proceder as avaliações sobre a adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Prodemge.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CAE

O CAE se reuniu por 26 vezes entre 17.02.2020, data da aprovação das Demonstrações Financeiras de 31.12.2019, e 19.02.2021, sendo esta última reunião dedicada ao exame final das demonstrações financeiras de 31.12.2020 e emissão deste relatório. Nessas oportunidades, em que estiveram presentes diretores e gerentes de diversas áreas da empresa, foram abordados assuntos variados que vão desde temas relacionados aos negócios até assuntos como integridade, controles internos e riscos, contabilidade e auditoria interna. Destaques para as duas reuniões havidas com os auditores externos, sendo a primeira para conhecimento pelo CAE da metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e para a discussão do plano de trabalho da auditoria das Demonstrações Financeiras

de 31.12.2020 da companhia, com abordagem de pontos considerados críticos na elaboração dessas demonstrações financeiras e, a segunda, para a apresentação final dos trabalhos. Também merece destaque as reuniões havidas com a Fundação Libertas, instituição de previdência complementar administradora dos planos de benefícios patrocinados pela Prodemge, e com os consultores contratados pela companhia para subsidiar os cálculos atuariais e respectivos registros contábeis.

Em auxílio aos acionistas, o CAE participou do processo de elegibilidade dos indicados ao preenchimento de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria da companhia, emitindo relatórios opinando sobre os documentos apresentados, atestando o preenchimento de requisitos e a ausência de vedações com relação aos indicados. O CAE também supervisionou e acompanhou os trabalhos da eleição de empregado da companhia no Conselho de Administração da Prodemge, com a emissão dos relatórios requeridos.

O CAE supervisionou a elaboração do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício de 2021, recomendando a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Apresentou também ao Conselho de Administração o seu próprio plano de trabalho e a agenda de reuniões para o exercício de 2021.

O CAE apresentou recomendações ao Conselho de Administração, com destaque para a necessidade de aperfeiçoamento da Política de Perdas Estimadas de Créditos com Liquidação Duvidosa (PECLD) de forma a contemplar outros ativos inscritos em Serviços Realizados a Faturar anteriores a 2020, política esta alterada posteriormente pela administração da companhia e apresentada ao Conselho de Administração.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As opiniões e julgamentos do CAE estão fundamentados nas informações recebidas de componentes internos da Prodemge, especialmente da diretoria, da contabilidade, da auditoria interna, da assessoria de governança corporativa, da assessoria jurídica e, ainda, da Fundação Libertas e da empresa de consultoria contratada para assuntos atuariais.

O CAE reconhece o esforço e as ações da administração da Prodemge no sentido de implantar as estruturas de controles internos, de riscos e de governança exigidos pela Lei 13.303/2016. Contudo, entende este colegiado a necessidade de avançar mais na estruturação da área dedicada aos controles internos, especialmente quanto à identificação e tratamento dos riscos, compatível com a complexidade dos seus negócios.

Com relação a auditoria independente, o CAE não identificou situação que pudesse afetar a objetividade e a independência dos auditores no que se refere aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

O CAE dedicou especial atenção aos eventos que impactaram os resultados e a situação patrimonial da Prodemge de forma relevante, particularmente com relação ao registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, fundamentado na política contábil para PECLD aprovada pela administração para esse fim, que ajustou os valores a receber, com destaque para os serviços prestados a faturar, considerando o CAE como fator importante em sua avaliação, o julgamento expressado pela administração da companhia na nota explicativa 13 – Realizável a Longo Prazo de que *“neste exercício, a Política para Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa foi aperfeiçoada, tendo sido alterados os critérios estabelecidos para a constituição da PECLD relativos aos Serviços Prestados, demonstrando os seus créditos com saldos ajustados aos valores prováveis de sua realização, refletindo as perdas que são esperadas, conforme estabelecido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-48 (Instrumentos Financeiros)”*.

4. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE não recebeu até fechamento deste relatório registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considerando, ainda, a inexistência de ressalvas por parte dos auditores externos, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras da Prodemge em 31.12.2020.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021.

Carlos Antônio Duarte
Presidente
Comitê de Auditoria Estatutário

Luís Carlos Jardim
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário

Sandro Cesar Borges
Membro
Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido por meio de videoconferência, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Após verificar que os documentos mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido, é de parecer pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2021.

Andrea Riechert Senko

Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes

Fábio Rodrigo Amaral de Assunção

Guadalupe Machado Dias

Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes